

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA
9º CONGRESSO DA ALACIP
MONTEVIDÉU, 26-28 DE JULHO DE 2017

**Decifrando as dinâmicas de surgimento de novos partidos na América do Sul
(1982-2015).**

Silvana Krause¹

Bruno Marques Schaefer²

Tiago Alexandre Leme Barbosa³

Resumo:

No início da década de 1980, as ditaduras civil-militares da América do Sul começaram a se desfazer. O longo processo de transição que passaram alguns países, ou a abrupta ruptura institucional de outros, marcou o retorno dos partidos a arena de disputa política. Como diversos autores pontuaram, desde então, tem-se assistido a emergência de novos atores políticos ou adaptação de partidos anteriormente consolidados. Neste trabalho, investigamos as dinâmicas do surgimento de novos partidos no subcontinente. Os mesmos são tratados enquanto organizações que se apresentam pela primeira vez em pleito nacional. Consideramos todas as eleições (91) realizadas no período de 1979 até 2015, no sentido de observar as variações do número de novos partidos que surgiram em cada pleito, a partir de fontes secundárias (outros trabalhos) e primárias (bancos de dados dos respectivos tribunais eleitorais). A literatura que trata do surgimento de novos partidos, em democracias consolidadas ou emergentes, aponta distintas variáveis que impactam nos incentivos à gênese de novas organizações. Crises políticas ou sociais e/ou facilitadores institucionais. Em nosso caso, a partir da análise estatística multivariada, buscamos perceber quais são as variáveis que têm mais efeito sobre os distintos resultados. Como considerações preliminares, pontuamos que existem distinções significativas entre os países, sendo os Andinos muito mais propensos à emergência de novos partidos, devido a alterações Constitucionais específicas. Causas sociais, como alto desemprego e baixo crescimento econômico, também foram significantes para explicar por que em alguns contextos surgiram mais novos partidos do que em outros.

1. Introdução:

O estudo de novos partidos, em novas ou consolidadas democracias (HUG, 2001; TAVITS, 2006; 2008; LUCARDIE, 2000), iniciou-se no final da década de

¹ Professora do PPG de Ciência Política da UFRGS. E-mail: krausesilvana@yahoo.com.br.

² Mestrando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CNPq. E-mail: brunomschaefer@gmail.com

³ Doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista Capes. E-mail: tiagoalexandrel@gmail.com

1970⁴, a partir da desconstrução da tese de “congelamento” dos sistemas partidários europeus (PERES, 2005), proposta por Lipset & Rokkan (1967). A emergência destas novas organizações marcou um processo de estruturação de atores políticos a partir de demandas pós-materialistas (Partidos Verdes), da reatualização de discursos de extrema-direita (IGNAZI, 1996), da reordenação de elites já inseridas em novas siglas com vias a sobreviver politicamente, ou mesmo enquanto projetos pessoais de busca de poder (LUCARDIE, 2000). O sucesso de novos partidos em democracias consolidadas levantou questões importantes acerca da própria estabilidade dos sistemas partidários (KESTLER, KRAUSE & LUCCA, 2013), gerando desafios às siglas já consolidadas (IGNAZI, 1995). O sucesso de novos competidores, no entanto, foi exceção e não regra e outro ponto importante investigado por esta literatura foi: quais as variáveis mais propícias à consolidação ou efemeridade destas novas organizações? Como obtêm sucesso ou fracassam?

Neste trabalho, nos propomos a analisar as condições de surgimento de novos partidos em 10 países da América do Sul, durante o período de 1979 a 2015. Nosso objetivo é responder a questão: quais variáveis impactam na emergência de novos partidos na região? Para respondê-la, este artigo está organizado em quatro sessões: 1) definição conceitual do que entendemos por novo partido; 2) o desenho metodológico da pesquisa; 3) a análise dos resultados, com destaque para um caso específico e, por fim, 4) as considerações finais. É importante ressaltar que este trabalho possui caráter exploratório, ou seja, visa a apresentação de hipóteses e questões adjacentes que possam contribuir na agenda de pesquisas sobre novos partidos na região.

2. Quadro de Análise:

São necessárias duas considerações antes da exposição do quadro de análise. Primeiramente, há que se diferenciar, historicamente, o surgimento do fenômeno partidário do surgimento de novos partidos. O primeiro ocorre, na Europa⁵, ao fim do século XIX e início do século XX, com a estruturação da competição política a partir de organizações anteriormente não existentes (DUVERGER, 1992). O segundo ocorre, como colocamos anteriormente, a partir do “descongelamento” da competição partidária

⁴ O trabalho de La Palombara & Weiner (1966), também merece ser ressaltado. Os autores, no entanto, propõem um modelo de análise que dá conta do surgimento dos sistemas partidários e não de novos partidos em sistemas partidários consolidados ou renovados.

⁵ E pode-se considerar em outros contextos, como os EUA (ALDRICH, 1995), e mesmo a América do Sul (MAINWARING & SCULLY, 1996).

no continente europeu. No caso sul-americano, podemos apontar um primeiro momento de competição partidária que inicia ao fim do século XIX em alguns países (Uruguai, Argentina, Colômbia, Chile, Venezuela), ou na metade do século XX em outros (Brasil, Paraguai, Equador, Bolívia, Peru), e é interrompido por uma sucessão de golpes civis-militares (O'DONNELL, 1988), a partir principalmente da década de 1960. Posteriormente, com os distintos processos de redemocratização, há um novo ciclo de competição partidária, com o surgimento de novos atores⁶, e a reativação de siglas mais antigas (CAVAROZZI, 1988). A segunda consideração que deve ser levada em conta, na literatura sobre novos partidos, é a diferenciação da ideia de surgimento e sucesso. Voltaremos a essa questão mais adiante.

A agenda de pesquisas sobre novos partidos, em geral, possui distinções teóricas e metodológicas bastante claras. Existem os estudos que consideram o surgimento de novas organizações a partir da representação de clivagens sociais e culturais, canalizadas em mecanismos institucionais específicos (LÓPEZ, 2005; WILLEY, 1998); ou enquanto produto da ação consciente de atores racionais que buscam maximizar ganhos e minimizar prejuízos (TAVITS, 2008). Quanto a questões metodológicas também há distinções importantes: entre os estudos que se orientam a partir da busca de regularidades e variações gerais entre vários países (HARMEL & ROBERTSON, 1985), na tentativa de medir os efeitos de variáveis específicas sobre o conjunto de novos partidos⁷; e os estudos que se centram em poucos casos (nova direita, nova esquerda) (DINAS et al, 2013); ou casos específicos (VAN COTT, 2003), que tentam não identificar padrões, mas sim características específicas – estruturais, conjunturais e/ou institucionais – que possibilitam a emergência de novas organizações partidárias.

O trabalho de Hauss & Rayside (1978), foi um dos pioneiros na tentativa de sistematizar uma teoria que explicasse o surgimento de novos partidos. Os autores criticaram a tese do “congelamento partidário” e propuseram um estudo comparado de 23 casos de novos partidos, ou proto-partidos, que emergiram nos EUA e na Europa Ocidental entre as décadas de 50 e 70. O modelo oferecido por eles consistia em uma série de variáveis que poderiam explicar porque surgem novos partidos ou não. Duas condições seriam necessárias, mas não suficientes para que um partido surgisse: a

⁶ Caso do Brasil, ver Mainwaring (1996).

⁷ Neste sentido, geralmente, a unidade de análise é a eleição. Busca-se medir a variação do surgimento de novos partidos a partir da variação de indicadores como: inflação, desemprego e mudanças institucionais.

existência de clivagens no interior da sociedade que poderiam ser mobilizadas politicamente (capital/trabalho; centro/periferia; igreja/estado); e facilitadores institucionais (representação proporcional, a existência de autonomia dos estados); mas que só se manifestariam em novos partidos se, no contexto, houvessem variáveis eminentemente políticas e da ordem de ação dos atores: a existência de liderança que pudesse mobilizar o grupo partidário, o apoio de organizações externas (sindicatos, uniões estudantis, movimentos sociais), o comportamento dos partidos já consolidados quanto à possibilidade de emergência de novos atores e a possibilidade de resposta do eleitorado (quanto maior volatilidade, maior possibilidade de inserção de um novo competidor no mercado eleitoral). A ideia básica dos autores foi que as elites que tentam fundar os partidos analisam um conjunto de variáveis e, desta forma, agem com vistas a conquistar seus objetivos. A baixa taxa de sucesso, e mesmo emergência, de novos partidos nos EUA, por exemplo, foi interpretada a partir da percepção das elites de que as variáveis políticas seriam insuficientes.

Esta estratégia de pesquisa foi seguida a partir de modelos que consideravam outras variáveis e outras técnicas. Harmel & Robertson (1985), analisaram, em conjunto, mais de 200 partidos que obtiveram registro na Europa Ocidental e EUA: a variável dependente considerada foi a variação entre os números de novos partidos surgidos a cada nova eleição, e as variáveis independentes foram de natureza social (taxa de desemprego, crescimento econômico, inflação), cultural e institucional (existência ou não de representação proporcional, existência ou alguma forma de subvenção pública para os partidos). Hug (2001) e, posteriormente, Tavits (2006; 2008), seguiram passos semelhantes. Influenciado pela teoria dos jogos, o primeiro cunhou o conceito de “cálculo estratégico” como possibilidade explicativa. Este consistiria, basicamente, na fórmula matemática que as elites, em termos positivos, fariam antes de se engajar no processo de conquista do registro partidário. Tavits sintetiza o conceito em: “(...) o partido que entra na disputa, a sua recompensa é igual ao benefício de entrar no Gabinete (b), vezes a probabilidade de ser eleito (p), menos os custos de entrada”⁸ (TAVITS, 2006, p.102).

Esta escola “quantitativista”, na falta de melhor nome, desenvolve-se concomitantemente as análises qualitativas que foram comuns, principalmente, em

⁸ “(...) the party enters the contest, its payoff equals the benefit of holding Office (b), times the probability of getting elected (p), minus the costs of entry (c)” (Tradução Livre).

estudos sobre países em processo de redemocratização ou de democracias recentes. Caso de Van Cott (2003), que propõe uma análise multicausal para entender o processo de emergência e sucesso de partidos indígenas na Bolívia, bem como López (2005), em sua análise sobre o surgimento de novos partidos de esquerda na América Latina. A emergência da extrema-direita europeia foi objeto de estudos de caso, como os trabalhos de Ignazi (1996) e Dinas et al (2013).

O desafio parece residir na consideração da complexidade da realidade social e a consequente parcimônia das conclusões. O uso de modelos rígidos, geralmente importados (WEYLAND, 2002), desconsidera características específicas da realidade local, assim como os estudos de caso pecam pela perda de contexto geral (LANDMAN, 2008). Neste trabalho, buscamos triangular dados quantitativos e qualitativos, mesclando as abordagens (PARANHOS *et al*, 2016).

Dentro dessa vasta literatura sobre o surgimento de novos partidos, além das variáveis que pretendemos testar (retiradas dos trabalhos citados), faz-se necessário a definição do que será entendido como “um novo partido”. Comparativistas destacam a importância do desenho da pesquisa comparativa em ao menos dois níveis: i) teórico e conceitual (SMELSER, 1968; SARTORI, 1970; COLLIER & MAHON JR, 1993); e ii) o número de casos e unidade de análise (RAGIN, 1987; LANDMAN, 2008)⁹. Em relação ao primeiro ponto, estão as preocupações de se trabalhar com conceitos que não sejam enviesados culturalmente, e que sejam suficientemente amplos, em níveis mais elevados da “escala da abstração”, segundo o trabalho de Sartori (1970). No nosso caso, a definição sobre o que é um novo partido passa por outras questões, em especial, a quantidade de dimensões que formariam o conceito.

Barnea & Rahat (2011) revisam a literatura sobre a temática e identificam duas estratégias nos estudos. A primeira trabalha com uma definição mais “ampla”, considerando como novo aqueles competidores que conquistam o registro definitivo, e somente esta dimensão. O segundo esquema de trabalho se vale de uma definição mais restrita, considerando mais de uma dimensão das agremiações: filiados, membros, parlamentares eleitos, por exemplo. A proposta dos autores é que se trabalhe com sete aspectos dos “novos” partidos¹⁰. O trabalho apresenta justificativas plausíveis para inserção dessas variáveis, o que significa um conceito mais restrito de novo partido.

⁹ Será discutido na seção cinco.

¹⁰ É importante ressaltar que mesmo advogando uma definição mais precisa, os autores não aplicam o conceito comparativamente e nem trabalham com um *n* grande.

Mesmo que mais preciso, o problema em se trabalhar com essa definição se daria na coleta de dados. Uma comparação com esses critérios implicaria em um trabalho de mais intensivo em múltiplas fontes, que, geralmente, não se encontram disponíveis para o estudo dos partidos políticos (RIBEIRO, 2013)¹¹.

Por conta das nossas fontes, optamos por utilizar uma definição mínima sobre o que é um “novo” partido. Assim define-se como novo, os competidores estreantes nas eleições para a Câmara Baixa, ou seja, as agremiações são contabilizadas como “novas” a medida que lançam candidatos em uma determinada eleição. O conceito é suficientemente amplo para abarcar todos competidores estreantes, pois opta-se pelo critério da participação eleitoral¹². No entanto, outras dimensões das agremiações são deixadas de lado, como os eleitores do partido, os representantes, a ideologia, a organização interna, as elites partidárias. Em outras palavras, um conceito mais amplo, como o nosso, não permite identificar se “se tratam de vinhos velhos em novas garrafas”, ou seja, se os novos são de fato novos competidores. Mas possibilita comparações ao nível agregado, favorecendo a identificação de padrões¹³. Testáveis qualitativamente, em estudos de caso.

Antes de prosseguir para a definição do modelo de análise, ressaltamos a diferenciação exposta anteriormente, entre a ideia de surgimento e sucesso dos novos partidos. Harmel & Robertson (1985), por exemplo, operacionalizam estas diferenças a partir de duas variáveis dependentes: o surgimento é, tão somente, a obtenção de registro e a competição eleitoral (nem que seja em somente uma eleição), e o sucesso seria a obtenção, na eleição de entrada da organização, de mais de cinco por cento dos votos. Outros autores utilizam critérios distintos para determinar o que seria o sucesso, tais como: conquista da presidência (KESTLER et al., 2013), ou sobrevivência ao longo do tempo (ROSE & MACKIE, 1983). Este ponto é importante, afinal de contas, por vezes pode-se superestimar o número de novos partidos surgidos em dada eleição, sem considerar a relevância destas agremiações. Neste trabalho, utilizamos o critério de Harmel & Robertson (1985).

¹¹ No próprio trabalho de Barnea & Rahat (2011), os autores somente testam três das sete dimensões propostas conceitualmente, em apenas um caso.

¹² O que vai ao encontro da definição sartoriana: “Um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresenta em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos” (Sartori, 1982, p. 85)

¹³ Trabalhamos com todos os partidos que participaram de eleições na série temporal proposta, no entanto, nos testes consideramos somente aqueles que conquistaram uma cadeira no Parlamento.

3. Desenho da Pesquisa:

Partimos dos dados de eleições realizadas em dez países da América do Sul, durante o período de 1979 a 2015. A escolha deste espaço geográfico se justifica por duas razões: a ainda fraca presença de estudos comparativos sobre partidos na região, em larga escala (SU, 2013), e porque os países da América do Sul possuem certa história política semelhante (KESTLER et al., 2015), com uma tendência há interrupções autoritárias e uma cultura política pouco afeita aos partidos (ALCANTARA & SAEZ, 2002)¹⁴. A escolha do período se justifica, pois, o mesmo é suficiente largo para abranger os processos de transição política nos dez países, até o período atual. Os dados foram extraídos de diversas fontes, desde secundárias, como os trabalhos de Nohlen (2005), Su (2013), e Campello (2015), até bases de dados disponíveis na internet, como: o Political Database of the Americas (PBDA)¹⁵, o acervo de dados eleitorais de Adam Carr¹⁶, indicadores disponíveis nos sítios eletrônicos da Cepal¹⁷, Banco Mundial¹⁸ e do IDEA¹⁹. Os dados foram sistematizados no SPSS (Software Package Social Sciences), para realização dos testes específicos²⁰.

Em um primeiro momento realizamos uma análise quantitativa, em que nosso objetivo era analisar todos os países em nível agregado. Buscamos observar se existiam diferenças no número de partidos surgidos em dada eleição controlando este resultado por uma série de variáveis independentes. Neste sentido, consideramos duas variáveis dependentes (Y): o número absoluto de novos partidos surgido em uma eleição, e o número destes novos partidos que alcançaram, no mínimo, cinco por cento dos votos. A justificativa deste número de corte está inspirada no trabalho de Harmel & Robertson (1985), e considera que os novos partidos que alcançaram mais de cinco por cento dos votos, para a Câmara Baixa, em seu *debut* eleitoral são partidos que surgem mais fortes e com tendência a permanecer no sistema. As variáveis independentes (X) são de natureza institucional (sistema eleitoral, possibilidade de partidos regionais competirem nacionalmente, número de assinaturas necessárias para o registro do partido, eleições

¹⁴ Isso não quer dizer, de forma alguma, que consideremos os partidos na região como muito distintos de seus congêneres de outros espaços geográficos. A desconfiança em relação aos partidos, como apontam estudos recentes (MANIN, 2013), não é uma exclusividade sul americana.

¹⁵ <http://pdba.georgetown.edu/>, acesso em 25 de junho de 2017.

¹⁶ <http://psephos.adam-carr.net/>, acesso em 26 de junho de 2017.

¹⁷ <http://www.cepal.org/pt-br/datos-y-estadisticas>, acesso em 24 de junho de 2017.

¹⁸ <http://data.worldbank.org/>, acesso em 23 de junho de 2017.

¹⁹ <http://www.idea.int/>, acesso em 22 de junho de 2017.

²⁰ O N final foi de 91 casos.

presidenciais coincidentes), conjuntural (eleição pós-regime militar), e social (crescimento do PIB, desemprego, participação eleitoral e anos de democracia). Estas variáveis são organizadas em termos de hipóteses como colocado abaixo:

H1 (Instituições): As regras que regulam a competição eleitoral e o registro dos partidos impactam na emergência de novas organizações (TAVITS, 2006). Instituições mais permissivas podem constituir incentivos a elites que visam fundar um partido. Neste sentido, países com registro partidário permissivo (pouco ou nenhum número de assinaturas necessário), são, por hipótese, mais favoráveis a novos atores (SU, 2013). As outras variáveis do modelo também indicam permissibilidade, na medida em que nos países aonde existe a possibilidade de um partido regional competir nas eleições nacionais (Argentina), os custos de entrada são menores. Além de que o sistema eleitoral para a Câmara dos Deputados (ou *Cámara Baja*), sendo proporcional e não majoritário (Brasil, Colômbia, Uruguai, Peru e Argentina)²¹, em tese, engendra mais possibilidades de que um novo partido ganhe uma cadeira no Legislativo. Também consideramos que quando existem eleições conjuntas para a Presidência e a Câmara Baixa, existe maior probabilidade de surgirem novos partidos, tanto aqueles que visam a vitória para o Executivo, quanto aqueles que visam alcançar o máximo de representação legislativa que possibilite barganhas futuras com a coalizão presidencial (BORGES, 2015).

H2 (Conjuntura): Adicionamos a variável Eleição pós-Regime Militar como uma variável conjuntural que impacta na emergência de novas organizações. O raciocínio é simples: com o final do Regime Militar a primeira eleição constituirá uma oportunidade para novos atores se organizarem e competirem eleitoralmente²².

H3 (Fatores Estruturais – Socioeconômicos): Seguindo a literatura temática (HARMEL & ROBERTSON, 1985), pontuamos que baixo crescimento econômico e alto desemprego²³ são incentivos a novos atores, principalmente “desafiadores”. Períodos de crise são “janelas de oportunidades”. Assim como os demais indicadores ilustrariam sistemas partidários não consolidados, e/ou abertos. Baixa participação eleitoral e, mesmo, poucos anos de democracia. No “cálculo” das elites, principalmente

²¹ O financiamento público foi excluído da análise, por que somente dois países dos dez não o adotam.

²² Para esta variável, em nossa amostra, os casos colombiano e venezuelano foram excluídos. Afinal de contas, os dois países passaram por transições políticas na década de 50.

²³ Consideramos os índices econômicos no ano anterior a eleição. Calculando a mediana, no nível agregado, tornamos as variáveis dicotômicas.

considerando partidos de tipo pessoais (LUCARDIE, 2000), a pouca preocupação da população com a competição eleitoral seria um incentivo a entrada no sistema, ou, no caso de “cisões” partidárias, a saída de elites de um partido com vias a fundar outro não seria prejudicada. Na próxima sessão, apresentamos os resultados.

4. Análise de Resultados:

Primeiramente tratamos de apresentar os dados de maneira descritiva, considerando a passagem do tempo. Dividindo a nossa amostra por décadas e considerando a média e o desvio padrão das variáveis dependentes, podemos observar que há uma tendência geral de diminuição do aparecimento de novas legendas partidárias. Na década de 80, por exemplo, foram realizadas 23 eleições legislativas nos dez países analisados. Em média, surgiram 8,74 partidos em cada uma dessas, com grandes variações. Enquanto que no Uruguai, em 1984, apenas um novo partido obtém registro e compete eleitoralmente, no Equador, no mesmo ano, surgem cinco novos partidos. O desvio padrão capta esta variação entre eleições e países. Quando consideramos, no entanto, a segunda variável dependente, os números se alteram, mas a tendência se mantém. Na mesma década, em média, surgiu somente um partido que alcançou mais de cinco por cento dos votos em disputa. Este número indica que os sistemas, de modo geral, são permissivos no que concerne a entrada de novos atores, mas são mais fechados no que concerne o sucesso destas organizações. Observando novamente os casos de Uruguai e Equador, em 1984, enquanto o único partido surgido no caso uruguaio não alcançou votação expressiva, no caso equatoriano, três dos cinco partidos passaram a “barreira” dos cinco por cento dos votos (PRE, DP/UDC e PD)²⁴.

Tabela 1: Número de novos partidos surgidos, série temporal.

		Número de Eleições Realizadas		Número de Partidos	Número de partidos com mais de 5%
Série Temporal	Anos 1980	23	Média	8,74	1,13
			Desvio Padrão	10,58	1,22
	Anos 1990	29	Média	6,00	0,76
			Desvio Padrão	8,89	0,95
	Anos 2000	24	Média	3,71	0,96
			Desvio Padrão	3,92	1,46
	Anos 2010	15	Média	2,73	0,60
			Desvio Padrão	2,49	1,06

²⁴ Respectivamente, Partido Roldosista Ecuatoriano, Democracia Popular-Unión Demócrata Cristiana e Partido Demócrata.

Fonte: elaboração dos autores²⁵.

Apresentamos, na Tabela 2, os dados descritivos a partir dos países, controlando as médias também por região. Distinguimos cinco países como sendo do Cone Sul, incluindo o Paraguai, e cinco países como Andinos. A divisão é arbitrária e se justifica tão somente como um recurso ilustrativo. Podemos observar que os países ao sul do subcontinente têm, em média, um número menor de novos partidos, sendo os casos de Chile, Paraguai e Uruguai os mais extremos. Nestes países, os sistemas partidários se apresentaram como os mais “fechados” à entrada de novos atores políticos. Chile e Uruguai mantiveram a estrutura de seus sistemas partidários com a redemocratização (MAINWARING & SCULLY, 1996), mantendo a estabilidade da competição. Enquanto que no Paraguai, entre regimes militares, o que se registrou foi a manutenção da hegemonia do Partido Colorado e suas mutações nominais (atualmente ANR)²⁶, ao longo de quase todo o período analisado (LÓPEZ, 2010)²⁷. Argentina e Brasil tiveram sistemas mais permeáveis a novos atores, no entanto, sem que estes acabassem conquistando votações expressivas em suas respectivas estreias eleitorais. Nos dois casos, foi exceção o sucesso de novas organizações no período analisado, sendo que na Argentina a disputa presidencial foi realizada, ao longo de quase todo o período, entre a UCR (Unión Cívica Radical) e o PJ (Partido Justicialista), partidos com raízes históricas. Houve somente eventual apresentação de terceiras forças, como a FREPASO, e mais recentemente o PRO (Propuesta Republicana). Este último, inclusive, apresenta-se eleitoralmente pela primeira vez em 2005 e acaba conquistando a presidência dez anos depois, com Mauricio Macri. No caso brasileiro, o sistema partidário, apesar das críticas quanto a sua baixa institucionalização (MAINWARING, 1996), acabou por manter um padrão de competição restringido aos grandes partidos, principalmente aqueles surgidos na década de 80.

²⁵ Considere-se as fontes apresentadas na sessão anterior.

²⁶ Asociación Nacional Republicana.

²⁷ A ANR perde a eleição em 2008 para o partido-movimento Alianza Patriótica para el Cambio (APC), organizada em torno da candidatura presidencial de Fernando Lugo.

Tabela 2: Número de novos partidos surgidos, por país.

Região	País	Número de Novos Partidos Absoluto	Número de Novos Partidos, mais de 5%	Diferenças
Cone Sul	Argentina	4,69	0,31	4,38
	Brasil	5,56	0,78	4,78
	Chile	2,57	0,43	2,14
	Paraguai	1,83	0,83	1,00
	Uruguai	1,43	0,14	1,29
Andinos	Bolívia	5,11	1,78	3,33
	Colômbia	10,9	0,60	10,3
	Equador	3,00	1,15	1,85
	Peru	7,17	2,50	4,67
	Venezuela	13,00	0,88	12,13
	Totais	5,53	0,94	4,59

Fonte: elaboração dos autores

Quanto aos casos dos países chamados aqui “Andinos”, a média foi consideravelmente maior, no número de novos partidos surgidos e na entrada destes enquanto competidores efetivos. Colômbia e Venezuela foram os países em que mais surgiram novas organizações, sem, no entanto, que estas obtivessem sucesso expressivo. Nas eleições colombianas de 1998, por exemplo, 42 novos partidos, e movimentos políticos, se apresentaram eleitoralmente pela primeira vez. Nenhum destes, no entanto, alcançou os cinco por cento dos votos. O caso peruano, neste quesito, é o que merece maior destaque. No país, em média, surgiram sete partidos por eleição, sendo que quase três destes ultrapassaram a barreira de porcentagem. Na eleição de 1990, por exemplo, seis novos partidos estreiam eleitoralmente, sendo que três acabam por conquistar mais de cinco por cento dos votos (FREDEMO, C90 e IS)²⁸.

Partimos, agora, para o teste das hipóteses enunciadas na sessão anterior. Considerando as variáveis dependentes de maneira contínua, existem diferenças significativas de médias, tendo em vista as variáveis independentes. Na tabela 3 expomos os dados. Calculamos a diferença de médias a partir do teste T. Ou seja, considerando as variáveis independentes como dicotômicas, observamos o comportamento das variáveis dependentes quando as primeiras acontecem (1) e quando não acontecem (0). No primeiro caso, quando o sistema eleitoral do país é proporcional e não misto, ou majoritário, a tendência é que surjam mais de seis novos partidos por eleição. Enquanto menos de um, conseguiu alcançar cinco por cento dos votos. As diferenças expostas nas duas últimas colunas confirmam, e negam, as hipóteses

²⁸ Respectivamente: Frente Democrático, Cambio 90 e Izquierda Socialista.

anteriormente enunciadas. Em caso de o número ser positivo a hipótese é confirmada, e quando negativo o contrário. Quanto ao sistema eleitoral, por exemplo, considerando o surgimento de novos partidos (valor absoluto), a hipótese é confirmada: a representação proporcional possibilita maior entrada de novos atores, no entanto não tem o mesmo efeito quando consideramos como variável dependente o sucesso destes novos partidos. O número de assinaturas necessárias para obtenção do registro, crescimento do PIB no ano anterior a eleição e anos de democracia, são variáveis que têm comportamento semelhante. Apesar de confirmarem nossas hipóteses quanto a entrada de novos atores, têm efeitos contrários quando considerado o número de novos partidos que obtém sucesso em sua estreia eleitoral.

Outra informação que merece destaque é que o nível de significância varia muito. No caso do número de novos partidos absoluto, sistema eleitoral, número de assinaturas, PIB e anos de democracia são significantes (ao nível de 5%), enquanto as demais variáveis não apresentam diferenças significativas. No caso da segunda variável dependente, a eleição pós-abertura é a que apresenta maior nível de significância. Ou seja, quando finda o regime militar e a primeira eleição é realizada é provável que novos partidos surjam e obtenham sucesso eleitoral.

Tabela 3: Diferença de Médias

		Variáveis	Número de Partidos	Número de partidos com mais de 5% dos votos	Diferenças Absoluto	Diferenças Sucesso
Variáveis (X)						
Instituições	Sistema Eleitoral	Misto	3,52	1,00	2,80	-0,17
		RP	6,32	0,83		
	Partidos Regionais	Não	5,26	0,76	0,49	0,20
		Sim	5,75	0,96		
	Assinaturas	Mais assinaturas	3,68	1,07	5,32	-0,54
		Menos assinaturas	9,00	0,53		
	Eleição Presidencial	Não	6,12	0,59	-0,70	0,36
		Sim	5,42	0,95		
Conjunturais	Eleição Pós-Abertura	Não	5,29	0,76	1,78	0,86
		Sim	7,08	1,62		
Estruturais	PIB	Baixo Crescimento	4,20	0,91	2,67	-0,06
		Alto Crescimento	6,87	0,85		

	Desemprego	Baixo Desemprego	4,85	0,83	1,42	0,11
		Alto Desemprego	6,27	0,93		
	Participação Eleitoral	Alta Participação	5,24	1,00	0,71	-0,22
		Baixa Participação	5,96	0,78		
	Democracia Anos	Mais anos de democracia	4,32	0,91	2,38	-0,06
		Menos anos de democracia	6,70	0,85		
Total		Total	5,55	0,88		

Fonte: elaboração dos autores

O teste T, apesar de importante, apenas ilustra distinções dentro da amostra, considerando as variáveis. Para avançarmos na análise, propomos um modelo de regressão logística, transformando as variáveis dependentes de contínuas para dicotômicas. Logo, quando surge um novo partido consideramos como 1 e quando não 0 (Modelo 1). O mesmo vale para a questão do sucesso (Modelo 2). Outra questão que deve ser dita é que, no teste T, transformamos variáveis independentes contínuas em dicotômicas, considerando as medianas. Observamos, por exemplo, os dados referentes ao crescimento do PIB de dado país, calculamos a mediana e classificamos na amostra os valores de 0 (Baixo Desemprego) e 1 (Alto Desemprego). Nossa hipótese, confirmada parcialmente, é que com alto desemprego a probabilidade de surgirem novas organizações é maior. Com o modelo de regressão, podemos manter a variável em sua natureza “originária”, ou seja, contínua. Logo, podemos captar nuances da análise que não seriam possíveis quando a mesma foi considerada dicotômica. Os resultados são apresentados na tabela 4.

A primeira informação importante é sobre o nível de significância. No modelo 1, apenas uma variável foi significativa, qual seja: a possibilidade de partidos regionais competirem nacionalmente (valor p: 0,05). Os dados exponenciais de beta indicam que quando há essa possibilidade, existem mais seis chances de que um novo partido surja. A representação proporcional e o número de assinaturas, além de não apresentarem significância estatística, possuem valores contrários às hipóteses. Ou seja, apesar de explicarem as diferenças de médias da variável dependente, quando contínua, não explicam a mesma quando dicotômica.

Tabela 4: Modelo Logístico

		Modelo 1			Modelo 2		
		Variável Dependente - Surge ou não novo partido			Variável Dependente - Surge ou não novo partido - 5%		
		B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
Instituições	RP	-,650	,437	,522	,293	,615	1,341
	Partidos Regionais	1,798	,050	6,036	-,403	,488	,668
	Assinaturas	-,520	,441	,594	1,334	,009	3,795
	Eleição Presidencial	1,071	,253	2,918	-,072	,916	,930
Conjuntura	Eleição Pós-Abertura				2,171	,017	8,766
Estrutura	PIB	,029	,724	1,030	,019	,748	1,019
	Desemprego	,027	,814	1,027	,151	,064	1,163
	Participação Eleitoral	,018	,503	1,018	,001	,955	1,001
	Anos de Democracia	,039	,273	1,040	-,010	,650	,990

Fonte: elaboração dos autores

No caso do Modelo 2, são duas as variáveis que possuem significância estatística: o número de assinaturas e a eleição pós-abertura. A primeira, neste caso, possui o efeito contrário ao esperado: quanto mais assinaturas são necessárias para o registro partidário, maior a probabilidade de que um novo partido surja com representatividade eleitoral. Este fato corrobora os dados de Tavits (2006; 2008). Segundo a autora, um número elevado de assinaturas desencoraja novos partidos de surgirem, a não ser que estes possuam já estruturas organizativas que possibilitem o colhimento das mesmas. Estas estruturas organizativas são refletidas, então, no processo eleitoral. A conjuntura possui, também, um efeito significativo e positivo. Num contexto de abertura, novos partidos tendem a surgir com relevância eleitoral (em mais de oito vezes), o que parece valer tanto para sistemas partidários em que as velhas organizações retornam depois do fim do regime, caso chileno, ou que o sistema partidário é completamente novo, caso brasileiro. No primeiro, em 1989, ano da primeira eleição pós-Pinochet, competem PPD (Partido por la Democracia), UDI (Unión Demócrata Independiente), e RN (Renovación Nacional). Os três partidos surgem antes do pleito, mas competem pela primeira vez na eleição de abertura. No caso do segundo, consideramos a eleição legislativa de abertura como a de 1982, em que competem com maior expressividade eleitoral o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PDS (Partido Democrático Social) e PDT (Partido Democrático Trabalhista). Os três obtêm registro anteriormente, mas sua primeira eleição para a Câmara se dá naquele ano. É importante observar também que duas variáveis, apesar de não significativas, possuem resultados distintos ao esperado. O caso de partidos regionais competirem nacionalmente e os anos de democracia apontam no caminho inverso.

Nos dedicamos, agora, em um caso específico, o Brasil, em duas eleições distintas, em que as condições eram iguais – as mesmas variáveis estavam presentes – e os resultados foram distintos. Apontamos, neste sentido, para a necessidade de complementar métodos quantitativos com qualitativos (PARANHOS *et al*, 2016), além da observação de variáveis de cunho político, tais como: a liderança política, organização precedente e comportamento dos demais partidos.

4.1 Caso Brasileiro

No trabalho já citado de Hauss & Rayside (1978), os autores consideram que existem condições necessárias e suficientes para o surgimento de novos partidos. Condições necessárias seriam as instituições, na medida em que regulam a competição política através de regras, tanto no que concerne o registro partidário quanto a disputa eleitoral, e condições sociais: tais como clivagens a serem mobilizadas por grupos políticos. Instituições e clivagens, no entanto, devem ser complementadas por fatores políticos, como a existência de liderança, de organizações precedentes, bem como o comportamento dos partidos existentes. Van Cott (2003), ao analisar o caso de emergência e sucesso de partidos indígenas na Bolívia, nas eleições de 2002, aponta que todos estes fatores estão relacionados. Com a mudança do sistema eleitoral, em anos anteriores, de proporcional para distrital-majoritário, os votos indígenas foram mais valorizados. Afinal de contas, como as populações estavam concentradas em territórios específicos, a constituição de distritos acabou por sobre-representar em termos de cadeiras estes votos. A crise econômica do país também abriu espaço para o surgimento de novos atores. E, além disso, diversos movimentos sociais se articularam em partidos e passaram a competir eleitoralmente, sob a liderança do MAS (Movimiento al Socialismo), de Evo Morález.

No caso específico do Brasil, comparamos duas eleições (1994 e 2010). As condições, nos dois contextos, eram semelhantes: as variáveis institucionais não se alteraram, já havia se passado o momento da abertura política nos dois momentos, e as condições sociais eram semelhantes, no primeiro recuperação econômica e controle da inflação, e no segundo crescimento acentuado do PIB. Além disso, nos dois momentos, os então candidatos a presidência da República buscavam a primeira eleição, respectivamente: Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), ambos apoiados por seus antecessores (Itamar Franco e Lula). Apesar das condições

semelhantes, no entanto, os resultados foram distintos. Enquanto em 1994 nenhum novo partido emerge no país, em 2010, um novo partido compete eleitoralmente pela primeira vez e consegue passar os cinco por cento dos votos, o PR (Partido da República). O que explicaria essa diferença?

Para uma explicação convincente, parece necessário ter dois ângulos de visão: de um lado o contexto de cada pleito, o que ali estava em jogo, e para os partidos em si, como se organizaram. Em nosso banco privilegiamos as eleições, no sentido de observar padrões: dada condição X, ocorre Y. No entanto, o olhar, por vezes, tenha que se deslocar também para o partido, as elites (agentes) que o constituem. Na primeira abordagem a comparação se dá por variáveis e na segunda por casos, utilizando a terminologia de Ragin (1987). O que se diferencia em termos de estrutura entre 1994 e 2010? Se a diferença não se dá na estrutura, o olhar se desloca para os agentes. Neste sentido, parece que a explicação do por que se organiza um novo partido no pleito de 2010 reside não na eleição, mas no próprio partido. Voltando ao trabalho de Hauss & Rayside (1978). Os autores propõem um modelo que considera não somente condições estruturais, mas também fatores políticos. O PR se apresenta na eleição de 2010 como um novo partido, nominalmente, segundo nosso critério. No entanto, a organização é produto da fusão entre dois partidos anteriormente existentes: o Partido Liberal (PL), e o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), ou seja, já possuía, em seu momento originário, lideranças inseridas no campo político, com capacidade de mobilização, e cobertura territorial nacional, com diretórios em todos os estados brasileiros e quase todos os municípios. Além disso, quando consideramos o comportamento dos partidos existentes, é interessante notar que o PR, desde o surgimento, integra a base de sustentação da coalizão governista federal, com Lula, e, bem por isso, a fusão com outro partido era interessante para o próprio PT, no sentido de aumentar sua base. Desta forma, ao invés de impedir a emergência de um novo partido, uma organização já consolidada (PT), apoia o PR, com vias a aumentar sua base no futuro. Na coligação eleitoral de 2010, encabeçada por Dilma Rousseff, o PR foi um dos parceiros e conseguiu eleger uma bancada de 41 deputados federais (cerca de 8% do Plenário). O que muda, então, nos dois contextos, são os fatores políticos, deslocando a visão do pleito para o partido. Dito de outra forma, existem condições que são mais favoráveis a emergência de novas organizações, no entanto estão são necessárias e não suficientes.

5. Considerações Preliminares:

Os resultados deste trabalho, apesar deste estar em seu início, apontam que variáveis institucionais, conjunturais e sociais impactaram na emergência de novas organizações partidárias na América do Sul, no período de 1979 a 2015. Isto é verdade, sobretudo, quando analisamos o número absoluto de novos partidos surgidos. Quando alteramos a variável dependente com um ponto de corte, considerando os novos partidos que, em seu *debut* eleitoral, já são relevantes. As variáveis com maior impacto se alteram, especialmente se observarmos a questão do registro partidário: número de assinaturas necessárias para a conquista do mesmo. Este fato corrobora teses levantadas sobre outros contextos regionais, como já demonstrado por Tavits (2006; 2008). Além disso, podemos observar determinadas tendências em termos de tempo e espaço. Ao passar dos anos, há estabilização da competição partidária em muitos países, e o padrão geral foi o decréscimo da entrada de novos atores. Comparando os dados referentes à primeira década estudada (anos 80), com a última (anos 2010), observamos que, ao nível agregado, existem diferenças significativas. Quanto a questões de espaço, em países como Chile e Uruguai, os sistemas partidários estiveram fechados à entrada de novos atores ao longo de quase todo o período, enquanto que na Colômbia e Venezuela houve oscilações maiores. Nestes dois países, a emergência de novas organizações não foi acompanhada pelo sucesso das mesmas, dado que poucas alcançaram alguma relevância e muitas outras competiram em somente um pleito.

Quando alteramos a variável dependente de sua natureza contínua para dicotômica, pudemos observar mudanças significativas no efeito de determinadas variáveis. A possibilidade de partidos regionais competirem eleitoralmente, por exemplo, foi significativa para a entrada de novos competidores, mas não para o sucesso dos mesmos. Os partidos podem surgir em dada província, disputar eleições, mas por competirem em um limitado espaço geográfico não possuem tendência de chegar a um estado de relevância nacional, possuem pouca margem para isso. Para o sucesso, parece importante que o novo competidor já possua uma estrutura organizativa, ou se aproveite de conjunturas muito específicas (LUCARDIE, 2000), tais como uma eleição inaugural pós-Regime Militar.

Apontamos também para a complementaridade necessária entre métodos quantitativos e qualitativos, principalmente para a explicação de casos em que as

condições são semelhantes e os resultados distintos. O fenômeno de surgimento de novos partidos demanda a utilização de múltiplas estratégias, tal como já apontado pelo trabalho de Van Cott (2003). Afinal de contas, como afirma Ragin (1987, p.19) um dos folclores das ciências sociais consiste na afirmação de que os fenômenos sociais são “complexos”²⁹. O fato dos fenômenos serem multicausais não implica na ausência de explicação. A inclusão de novas variáveis e o deslocamento do olhar, neste sentido, da estrutura para os agentes, parecem ser questões imprescindíveis para o avanço da agenda de pesquisas sobre novos partidos, em geral, e na América do Sul, em particular.

Referências Bibliográficas:

ALCÁNTARA SAÉZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos Políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. VIII, nº 2, 2002, pp. 137-157.

BARNEA, S. and RAHAT, G. (2011). Out with the old, in with the ‘new’: What constitutes a new party? **Party Politics**, 17(2): 303–20.

COLLIER, David; MAHON JR, James. "Stretching" Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis Source: The American Political Science Review, Vol. 87, No. 4 (Dec., 1993), pp. 845-855

DINAS, E., GEORGIADOU, V., KONSTANTINIDIS, I. & Rori, L. ‘From dusk to dawn: local party organisation and party success of right-wing extremism’, **Party Politics**, 2013.

DUVERGER, Maurice. **Los Partidos Políticos**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. Species of political parties: a new typology. **Party Politics**, v. 9, n. 2, p. 167-199, 2003.

HARMEL, Robert; ROBERTSON, John. D. Formation and Success of New Parties: A Cross-National Analysis. **International Political Science Review**, New York, v. 6, n. 4, p. 501-523, oct. 1985.

HAUSS, Charles; RAYSIDE, David. The development of new parties in western democracies since 1945. In: COOPER, Joseph; MAISEL, Louis. **Political Parties: development and decay**. Beverly Hills: Sage, 1978.

²⁹ “Yet this depiction of social life does not fit well with experience. We sense that there is a great deal of order to social phenomena- that there is method to the madness” (Ragin, 1987 p. 19)

HUG, Simon. **Altering Party Systems: Strategic Behavior and the Emergence of New Political Parties in Western Democracies**. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2001.

IGNAZI, Pierro. The Crises of Parties and the Rise of New Political Parties. **Party Politics**. Vol. 2, nº4, 1996.

_____. The Re-emergence of the Extreme Right in Europe. **ReihePolitikwissenschaft**, 21, März, 1995.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian Modernização, mudança cultural e democracia. São Paulo, Ed. Verbená, 2009.

KESTLER, Thomas; KRAUSE, Silvana y LUCCA, Juan B. “Los Break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracaso?”. **Revista Debates**, 2013, 7 (2), 159-171.

KIRCHHEIMER, Otto. **The Transformation of the Western European Party**. In: LaPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. Political Parties and political Development. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 137-176.

LANDMANN, Todd. (2008), Issues and methods in comparative politics: an introduction . London/Nova York, Routledge.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and political Development**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1972. p. 3-42.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An introduction. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. **Party Systems and Voter Alignments: Cross National Perspectives**. New York/London: The Free Press, Macmillan Limited, 1967.

LÓPEZ, Santiago. “Partidos desafiantes en América Latina: representación política y estrategias de competencia de las nuevas oposiciones”. **Revista de Ciencia Política** (Santiago), 2005, 25 (2): 37-64.

LUCARDIE, Paul. Prophets, Purifiers and Prolocutors: Towards a Theory on the Emergence of New Parties. **PartyPolitics**, vol.6, nº2, 2000, pp.175-185.

MAINWARING, Scott. **Brasil. Partidos Débiles, Democracia Indolente**. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina*. Santiago: CIEPLAN, 1996.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. **Introducción: Sistemas de Partidos en la América Latina**. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. *La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina*. Santiago: CIEPLAN, 1996.

NOHLEN, Dieter. **Elections in the Americas**. Volume II. South America. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PARANHOS, Ranulfo et al . Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 18, n. 42, p. 384-411, Aug. 2016.

PERES, Paulo. Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Nº 68, 2º Semestre, 2009, pp. 17-58.

_____. O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB/Anpocs** (2005).

RAGIN, Charles C. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Los Angeles, University of California Press.

RAGIN, Charles C.; RIHOUX, Benoît (Ed.). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Techniques*. 2009.

RAGIN, Charles; **ZARET**, David *Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies*. *Social Forces* , Vol. 61, No. 3. (Mar., 1983), pp. 731-754.

REMMER, Karen L. *The Politics of Institutional Change: Reform in Latin America, 1978–2002*. 2008. **Party Politics**. VOL 14. No.1 pp. 5–30.

SARTORI, Giovanni. “Concept misformation in comparative politics.” *American Political Science Review*. V. LXIV, n. 4, Dec. 1970, p. 1033 - 1053.

_____. *Partidos e Sistemas Partidários*. Editora UNB, Brasília:1982

SMELSER, Neil. *Notes on the Methodology of Comparative analysis of economic activity*. In UNESCO, *The Social Science : problems and orientations*. Paris, Unesco, 1968.

SU, Yen-Pin. Party registration rules and party systems in Latin America. **Party Politics**. 2013, Vol. 21(2) 295–308

TAVITS, Margit. “Party Systems in the Making: The Emergence and Success of New Parties in New Democracies.” **British Journal of Political Science**, 2008, 38 (1): 113-133.

_____. Party Systems Change: Testing a New Model of New Party Entry. **Party Politics**. Vol.12, nº 01, pp. 99-119. 2006.

VAN COTT, Donna Lee. From Exclusion to Inclusion. Bolivia’s 2002 Elections. **Journal of Latin America Studies**, London, v. 35, n. 4, p. 751-755, nov. 2003.

WILLEY, Joseph. Institutional Arrangements and the success of new parties in old democracies. **Political Studies**, 46, p. 651-68.